



POLÍTICA E RELIGIÃO NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE SC

Jacques Mick

Ielusc

Fabiana Vieira

Introdução

A radiodifusão comunitária é resultado de longo processo de pressão social em busca do direito de expressão para amplos grupos excluídos do acesso ao rádio pelas emissoras comerciais. Ao longo do século, os movimentos de rádios livres polemizaram publicamente sobre a necessidade de ampliar a autonomia e a independência da comunicação em relação ao Estado e ao capital. O objetivo dessas emissoras era contribuir para o avanço democrático: como destaca Denise Cogo, “o que define uma rádio comunitária são os objetivos que persegue: democratizar a palavra que está concentrada em poucas bocas e em pouquíssimas mãos para que nossa sociedade seja mais democrática” (Chasqui, “Revista Latinoamericana de Comunicación” cit. in COGO, 1997, p.17 e 75). Essa idéia endossa o poder do rádio como veículo de comunicação de massa, voltado à educação para a cidadania.

As rádios comunitárias são, em tese, um espaço aberto para todos da comunidade que quiserem falar, opinar, fazer um programa. As emissoras têm uma diretoria responsável por coordenar a programação, mas ela não pode impedir ninguém de se expressar. A legislação determina a formação de um conselho comunitário para acompanhar se a rádio cumpre os objetivos da lei. Outro papel da RadCom é a constante prestação de serviço dentro da comunidade. Ela pode desenvolver projetos para todos os moradores da localidade tenham acesso a informações sobre o que está acontecendo na vizinhança e também ser a voz daqueles que reivindicam algo e não têm outro espaço, além também de propor soluções dentro da comunidade. Nela podem ser mostrados a cultura e os artistas locais, já que as emissoras não têm vínculos com os esquemas comerciais de gravadoras ou outros *players* da



indústria do entretenimento¹. Assim, a RadCom estaria contribuindo para a democratização dos meios de comunicação.

Tais promessas estão entrando em contato com a realidade desde que, em 1998, o governo federal sancionou a regulamentação da radiodifusão comunitária. A implementação das RadCom no país vem demonstrando que ao menos uma parte das novas emissoras não condiz com o caráter democrático e pluralista que se esperava delas. Enquanto algumas associações de fato utilizam as rádios comunitárias para a educação e informação da comunidade, outras são comandadas direta ou indiretamente por políticos, empresários ou religiosos que querem defender suas idéias e utilizar a RadCom como canal para atender a seus interesses.

O uso político do rádio, claro, não é nenhuma novidade. Desde que foram instaladas as primeiras emissoras no país, o veículo logo foi utilizado nas disputas de poder:

“O rádio, desde sua consolidação, a partir dos anos 30/40, tem sido utilizado, das mais diversas formas, com as mais diferentes finalidades: pelo Estado; por guerras de independência e resistência; por partidos políticos e sindicatos; por movimentos sociais, religiosos e ecológicos. Seu papel político é inegável, seja qual for sua orientação” (HAUSSEN, 1997).

Rádio e política sempre andaram assim, juntas. Na última década, diversas pesquisas e reportagens investigaram os resultados do festival de concessões com motivação política distribuídas durante o governo José Sarney (1985-1990), e constataram a concentração de propriedade, diretamente ou por meio de testas-de-ferro, em políticos com assento no Congresso Nacional². A explicação para esse interesse é clássica: o rádio é um poderoso

“instrumento político que tanto pode servir à mudança como à manutenção de um Estado, das relações sociais, da própria liberdade individual e/ou coletiva. O mais eficaz veículo de informação torna-se um instrumento ideológico na medida em que seu controle e propriedade o transformam em arma. Arma que mobiliza, induz, liberta ou escraviza” (Isabel Vieira, cit. in ORTRIWANO, 1985, p.59).

O coronelismo eletrônico, radicalizado na Nova República, ganhou versão religiosa nos anos 1990, com a expansão dos tentáculos dos porta-vozes da divindade sobre as

¹ O que mais difere a rádio comunitária da rádio comercial é a liberdade de conteúdo proporcionada pela independência em relação ao faturamento originado pela publicidade: “O que tem regido, portanto, a expansão do rádio não é o interesse e necessidades da população, mas a ganância comercial, o que explica a alienação de seu conteúdo sobre os problemas imediatos”. (Luiz Gonzaga Motta, cit. in ORTRIWANO, 1985, p.28).

² Um em cada seis congressistas possuíam pelo menos uma concessão de rádio ou TV em 1995. Outro levantamento, de setembro de 1996, demonstrou uma frequência maior: 104 deputados federais e 25 senadores seriam sócios ou proprietários

concessões de radiodifusão. Nos anos 1980, estimava-se que as emissoras vinculadas a igrejas seriam 10% do total. Em 1997, já seriam uma em cada sete – sem contar os espaços comprados de emissoras comerciais (FERRARETTO, 2001, p. 183-184). À expansão midiática, correspondeu um incremento no poder político, com o aumento da participação de religiosos (sobretudo evangélicos) em cargos no Legislativo e no Executivo. “As curas, exorcismos e doações tornaram-se, com o suporte de bancadas no Poder Legislativo, práticas comuns nas transmissões diárias em dezenas de cidades brasileiras” (idem, p. 185).

Reconhecida essa aproximação, ancestral, entre o rádio e os interesses políticos e, mais recentemente, os interesses das religiões, surgem as perguntas que este artigo quer ajudar a responder: em que medida as rádios comunitárias criadas desde 1998 reproduzem essas vinculações, comuns às emissoras convencionais? Quais as motivações para intensas (e ilegais) relações entre RadCom, políticos e religiosos?

Metodologia e estrutura de argumentação

Na busca das respostas, reunimos informações sobre as rádios comunitárias em Santa Catarina, com o objetivo de fazer um mapeamento apresentando quais são as RadCom atuantes no Estado, dimensionando suas vinculações com políticos e religiosos, e compreendendo as razões alegadas pelas emissoras para manter tal relacionamento.

Os dados quantitativos foram obtidos junto: a) ao Ministério das Comunicações; b) às rádios comunitárias; c) a Associação Brasileira de Rádio e TV (Abert); e d) a Associação Brasileira de Rádio Comunitária (Abraço). Os demais dados, inclusive os qualitativos, foram obtidos a partir de entrevistas com profissionais ligados diretamente a cada RadCom³.

As 38 emissoras foram identificadas através do site oficial do Ministério das Comunicações. Por telefone, foram contatados os presidentes de cada RadCom do Estado. Partindo deste primeiro passo, foi formulado o questionário, a fim de coletar informações precisas sobre datas de fundação e tramitação, composição da associação, média de ouvintes, vínculos e apoios políticos e/ou religiosos e a programação completa de cada rádio. Este

de emissoras. De acordo com esta reportagem de O Estado de S. Paulo, 40% das emissoras de rádio teriam políticos como participantes (FERRARETTO, 2001, p. 181-182).

³ A íntegra da pesquisa de campo está em VIEIRA, 2002. Este artigo realiza uma interpretação mais sistemática e abrangente de parte dos dados da pesquisa, num diálogo com autores não considerados para a elaboração do texto original.



questionário foi enviado para a maioria das emissoras via fax. Outras optaram por respondê-lo por e-mail e três representantes o fizeram por telefone, pois não possuíam fax e não tinham acesso à internet.

Nem todos os presidentes de associações contribuíram conforme o esperado. Algumas emissoras ainda sofrem repressões dentro do próprio município e, por possuírem apenas autorização prévia, seus presidentes têm receio de comentar a estrutura e a composição da RadCom. Nesses casos, também foram ouvidas outras pessoas da associação, como o vice-presidente, o secretário ou o diretor da RadCom.

Partindo desta metodologia, foi possível identificar as principais dificuldades apontadas pela maioria das RadCom catarinenses desde a organização da associação até a autorização concedida pelo Ministério das Comunicações. Algumas rádios admitem explicitamente que os vínculos com políticos ou religiosos foram fundamentais para conseguirem driblar a burocracia e alcançar a concessão.

Este texto é constituído de três seções. A primeira discute as características do processo de deliberação sobre a concessão de rádio comunitária. A partir da crítica de alguns artigos da principal regulamentação do setor (a Lei nº 9.612/98), apresenta o desconforto que a legislação provoca nas entidades e grupos sociais interessados em montar uma RadCom. A segunda parte quantifica e mapeia as rádios comunitárias catarinenses já autorizadas pelo Ministério das Comunicações, e mostra quais reconhecem ter obtido apoio político e/ou religioso para o deferimento do processo. A parte final apresenta nossas considerações finais.

1. Os entraves impostos pela legislação

A legislação que permitiu a operação das RadCom no Brasil, a partir de 1995, é fruto de um processo de pressões da sociedade sobre o governo federal e o Congresso Nacional, em nome da democratização das comunicações, mas apresenta inúmeras restrições operacionais às emissoras. À parte isso, impõe um conjunto de exigências anteriores à concessão, e um rito de decisões envolvendo diversas esferas de governo que, burocraticamente, alongam o prazo de autorização de funcionamento a um ritmo intolerável por agrupamentos sociais naturalmente dinâmicos.



É como se o Poder Concedente agisse como uma faca de dois gumes: enquanto ajuda a regulamentar, orientar e organizar o funcionamento das rádios comunitárias, também prejudica pela burocracia e morosidade na legalização dessas entidades, dando um pouco de razão àqueles que dizem que o Governo só quer dar voz para os que falam a seu favor.

A burocracia dificulta a abertura de uma rádio comunitária. Pequenas associações que solicitam a abertura de uma rádio comunitária dificilmente o conseguem. Várias rádios que direta ou indiretamente possuem vínculos, sejam eles de ordem política ou religiosa, afirmam poder conquistar a concessão com maior facilidade. Os políticos têm acesso ao Poder Executivo, por partidos ou aliados e por isso podem conseguir com muito mais facilidade as concessões do que um grupo cultural ou uma ONG que queira transmitir em caráter comunitário.

Em 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 9.612, que regulamenta o serviço de rádios comunitárias, e logo em seguida suas normas e regulamentações. De acordo com esta lei, as rádios só poderiam atender a comunidades de bairro, promovendo a formação profissional, cultural e a prestação de serviços de utilidade pública. A Lei foi fruto da pressão de pequenas rádios livres espalhadas pelo país desde a década de 1970. Ela surgiu para dar a possibilidade àqueles que durante muitos anos lutaram ilegalmente tentando abrir espaço no meio radiofônico, até então monopolizado pelos interesses comerciais em todo território nacional.

Ao mesmo tempo em que a Lei 9.612 estabeleceu um marco regulatório para a atuação de emissoras que até então eram marginalizadas, também burocratizou demais o processo para as concessões. As determinações legais acabam dificultando que pequenas rádios obtenham autorizações. Apesar de ter sido criada para facilitar o processo de abertura das RadCom, a lei e suas regulamentações se contradizem em alguns artigos, tornando difícil o total enquadramento por parte do solicitante. Embora tenha criado espaço para o funcionamento da rádio comunitária, o Poder Concedente (Governo Federal, através da Agência Nacional das Telecomunicações - Anatel) deixa acumular os pedidos e, em quatro anos, autorizou somente 12% dos pedidos de concessões em Santa Catarina.

O processo para autorização de uma rádio é difícil e repleto de detalhes (HELENA, 2000). Mas o maior problema é a demora para a tramitação. Em muitos lugares a população conta com o apoio de políticos que abraçam as RadCom porque alegam ter maior facilidade



para conseguir concessões. O problema é que qualquer pessoa interessada deveria poder encaminhar o andamento de uma rádio comunitária, desde que seguisse todas as instruções impostas pelo Ministério das Comunicações.

O primeiro passo é reunir a comunidade (entidades, ONGs, associações e outras pessoas interessadas) a fim de debater a legislação e discutir quais os principais objetivos da RadCom. As reuniões irão definir o nome da RadCom e sua pessoa jurídica, formar um estatuto e eleger uma direção, para registrá-lo em cartório juntamente com as atas de reunião. Em seguida, devem ser adquiridos os equipamentos.

Para a obtenção da concessão, é necessário procurar a Delegacia do Ministério das Comunicações – Dentel, onde será preenchido o requerimento de demonstração de interesse em instalar rádio comunitária. Se houver canal disponível para a localidade de interesse, o Ministério das Comunicações publicará, no Diário Oficial da União (DOU), Aviso de Inscrição de Habilitação e uma lista de onze documentos⁴, a entregar num determinado prazo.

A emissora deve aguardar novamente publicação no DOU, agora com a lista das associações habilitadas e o pedido da apresentação do laudo técnico. Após análise da documentação apresentada na fase de inscrição e selecionada a entidade, o Ministério das Comunicações estabelecerá um prazo (normalmente de 15 dias) para que a entidade apresente o projeto técnico de instalação, elaborado por um engenheiro de telecomunicações. Analisado e aprovado o projeto técnico, será finalmente expedida a Portaria de autorização para execução do serviço e enviada mensagem ao Congresso Nacional para homologação do ato. A lei afirma que só depois que a mensagem for aprovada pelo Congresso, a rádio pode ser transmitida. Muitas rádios não esperam o deferimento do processo, e começam a operar logo após protocolar a documentação inicial junto ao Ministério. Diante de decisões judiciais permitindo a continuidade da operação dessas emissoras mesmo sem a deliberação do Congresso, desde que autorizadas pelo Ministério, o governo emitiu Medida Provisória corroborando essa possibilidade.

⁴ 1) Estatuto da entidade (registrado); 2) Ata da Constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes (registrado); 3) Documentos comprovando nacionalidade brasileira dos diretores ou naturalizados há mais de 10 anos; 4) Declaração comprovando residência dos dirigentes na comunidade desejada; 5) Declaração de fiel cumprimento às normas; 6) Abaixo-assinado da comunidade em apoio à iniciativa; 7) Comprovante de assentimento prévio (se a estação pretendida estiver situada na faixa de fronteira); 8) Declaração isentando a entidade de prestadora de serviços; 9) Declaração comprovando perfeitas condições no terreno a ser instalada a RadCom; 10) Planta de arruamento; 11) Declaração de nome fantasia (se houver) (HELENA, 2000).



A burocracia para implementar a RadCom juntamente com os artigos que orientam o modo como deve funcionar o serviço de radiodifusão comunitária geram muitas discussões quanto à grande limitação a elas imposta. A lei que vinha para ajudar acabou “emperrando” diversas RadCom que ficaram praticamente de mãos atadas ao tentarem se enquadrar nos artigos especificados. Talvez isso explique a demora para conseguir uma autorização de funcionamento.

A Lei 9.612, no § 2º do Artigo 9º, exige das entidades candidatas à habilitação apenas seis documentos⁵. O Decreto 2.615, que regulamenta a lei, exige, em seu Artigo 14 a determinação de que sejam atendidas outras disposições estabelecidas em norma complementar. Então o subitem 6.7 da Norma nº 2, amplia de seis para onze o número de documentos exigidos às entidades candidatas, acrescentando papéis que as RadCom consideram desnecessários e descabidos, como é o caso de “declaração assinada pelo representante legal da entidade de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso”. A entidade candidata somente poderia ser submetida à obrigação de ter seus dirigentes residindo na área de serviço depois que a rádio fosse contemplada com a autorização definitiva. Com isso, muitas entidades se vêem obrigadas a alterar seus estatutos e realizarem eleições às pressas, sem qualquer garantia de que serão autorizadas a operar.

2. A Rádio Comunitária, os políticos e as religiões em Santa Catarina

Em junho de 2002, 1.275 processos solicitando concessão de rádio comunitária tramitavam no Congresso Nacional, 268 haviam sido outorgados e 346 obtiveram licenças provisórias concedidas pelo Ministério das Comunicações. Em Santa Catarina, desde 1998 até aquele mês, haviam sido encaminhados 304 processos solicitando autorização para o funcionamento de rádio comunitária ao Ministério das Comunicações. Apenas 38 conseguiram autorização. Deste número, somente 12 possuem decreto legislativo aprovado

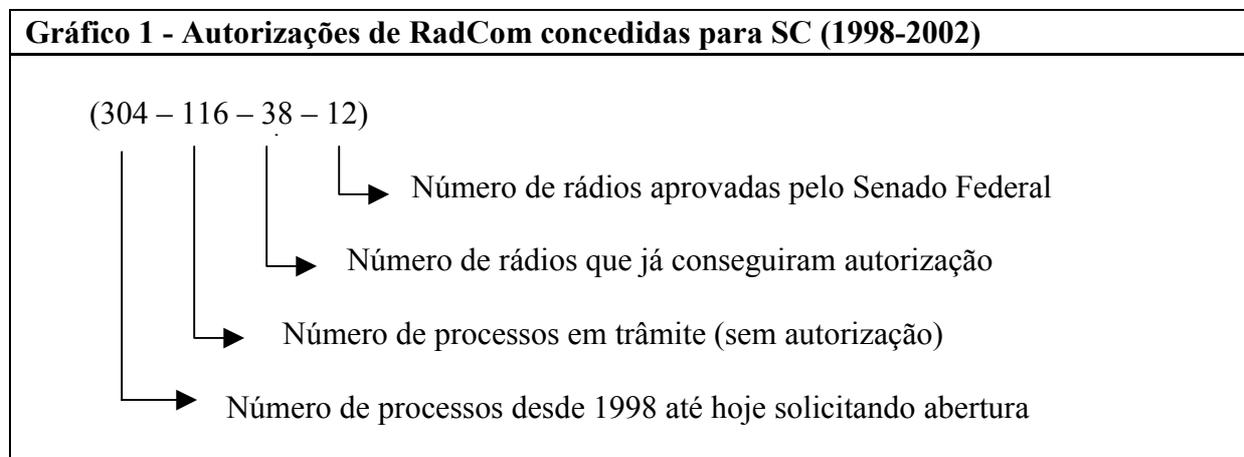
⁵ I) estatuto da entidade, devidamente registrado; II) ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; III) prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; IV) comprovação de maioria dos diretores; V) declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; VI) manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

pelo Senado Federal. Obviamente muitos processos já devem ter sido encerrados por desistência, principalmente os mais antigos. O Quadro 1 apresenta os processos, ano a ano.

Quando 1 - Processos com pedidos de Rádio Comunitária em SC (1998-2002)	
<i>Ano</i>	<i>Número de pedidos</i>
1998	142
1999	83
2000	19
2001	29
2002	31
Total	304

Fonte: Ministério das Comunicações

Conforme o Ministério das Comunicações, 116 processos continuavam a tramitar na metade de 2002 para a liberação das rádios comunitárias em Santa Catarina. Dos 304 apresentados, 188 haviam sido descartados. O Gráfico 1 mostra as autorizações concedidas nos últimos anos no Estado:



Fonte: Ministério das Comunicações

Apesar de Santa Catarina possuir 38 rádios autorizadas (Quadro 2), nem todas estão em funcionamento. As entrevistas revelaram que 32 funcionam normalmente, enquanto cinco não exercem mais as atividades e uma iniciará suas atividades somente em 2003, devido a problemas internos da associação⁶. A demora para se conseguir a concessão ou outros

⁶ As emissoras que não estão funcionando são: Associação Biguaçuense de Radiodifusão Comunitária ABRACOM (Biguaçu), Associação Comunitária de Araquari (Araquari), Associação Rádio Comunitária Anchieta – ARCA (Anchieta),

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Mídia Sonora**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



problemas burocráticos deram fim a vários processos. Em função disso, algumas delas nem entraram no ar.

Quadro 2 – RadCom autorizadas a funcionar em Santa Catarina (jul/2002)		
Município	Emissora	Com decreto legislativo
Alfredo Wagner	Ass. Com. e Cultural Nascente do Vale de Alfredo Wagner	X
Anchieta	Associação Rádio Comunitária Anchieta – ARadComA	
Araquari	Associação Comunitária de Araquari	
Balneário Camboriú	Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú	
Biguaçu	Associação Biguaçuense de Radiodifusão Comunitária – ABRACOM	
Bom Retiro	Associação Comunitária de Comunicação e cultura Portal da Serra	
Bombinhas	Associação dos Amigos da Praia de Mariscal	X
Braço do Norte	ACB – Associação Comunitária Braçonortense	X
Camboriú	Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz no Valle FM	
Capivari de Baixo	Associação de Radiodifusão Comunitária Capivari de Baixo	
Correia Pinto	Associação Comunitária Novo Tempo	X
Garopaba	Radio Comunitária Garapobense FM de Comunicações	
Garuva	Assoc. Min. Sérgio Motta de Comunicação, Cultura e Ação Comunitária	
Guaraciaba	Associação Rádio Comunitária Guaraciaba – ARCGUA	
Guaramirim	Assoc. de Rádio Com. e Defesa do Meio Ambiente Pró-Guaramirim	X
Herval d’Oeste	Associação Rádio Comunitária FM Unidos do Herval	
Irani	Sociedade Rádio Comunitária “A Voz do Contestado – FM”	X
Itajaí	Obras Sociais e Culturais da Paróquia de Itajaí	
Itajaí	Abrigo Luz do Amanhã	
Itapoá	Associação Cultural e Comunitária de Itapoá	X
Jaborá	Associação Rádio Comunitária Jaborá	X
Joinville	Associação Rádio Comunitária União Sul	
Joinville	Associação Cultura Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba	
Lages	Ass. e Movimento Comunitária Rádio Paz Serrana FM	
Lauro Muller	Ass. Comunitária Clube Machadinho de Radiodifusão	X
Mirim Doce	Ass. Comunitária Cultural de Mirim Doce	
Nova Erechim	Rádio Comunitária Nova Erechim FM	
Otacílio Costa	Ass. Comunitária de Comunicação e Cultura de Otacílio Costa	X
Rio das Antas	Fundação Cultural e Educacional Padre Hermenegildo	

Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio (Sombrio), e Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo (Capivari de Baixo). A rádio de Mirim Doce - Associação Comunitária Cultural de Mirim Doce iniciará suas atividades em 2003.



	Bortolatto	
Salto Veloso	Ass. Cultural Salto Veloso	
São José	Ass. de Pais e Professores	
Sombrio	Ass. de Radiodifusão Comunitária de Sombrio	
Taió	Ass. Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária	X
Tijucas	Ass. Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC – ACCRT, Bairros Joáia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça	
Timbó Grande	Ass. Com. Cult. Democratização dos Meios Comunic. do Contestado	
Treze Tílias	Ass. Cultural e Comunitária Amigos de Treze Tílias	X
Tubarão	Ass. Tubaroense de Difusão Comunitária	
Urussanga	Ass. de Radiodifusão Cultural de Urussanga	

Fontes: Ministério das Comunicações / Congresso Nacional

Com as dificuldades impostas pela lei e o excesso de burocracia encontrado no Ministério das Comunicações, muitas associações de RadCom em Santa Catarina reconhecem ter contado com o apoio de líderes políticos e/ou religiosos, no intuito de facilitar e acelerar o processo para abertura da emissora. Várias dentre elas possuem líderes políticos e principalmente religiosos no quadro da associação. Outras somente contaram com essas pessoas para a parte burocrática do processo. O Quadro 3 mostra, dentro das 38 rádios autorizadas em Santa Catarina, quais admitem ter recebido esse tipo de apoio:

Quadro 3 – As RadCom de SC que admitem vínculos com políticos ou religiosos (jul/2002)			
Emissora	Município	Apoio Político	Apoio Religioso
Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú	Balneário Camboriú	X	
ACB – Associação Comunitária Braçonortense	Braço do Norte	X	
Associação de Radiodifusão Comunitária Capivari de Baixo	Capivari de Baixo	X	
Ass. Min. Sérgio Motta de Com., Cultura e Ação Comunitária	Garuva	X	
Sociedade Rádio Comunitária “A Voz do Contestado – FM”	Irani	X	
Associação Cultural e Comunitária de Itapoá	Itapoá	X	
Associação Cultural Educ. e Rádio Comunitária de Pirabeiraba	Joinville	X	
Ass. Comunitária Clube Machadinho de Radiodifusão	Lauro Muller	X	
Rádio Comunitária Nova Erechim FM	Nova Erechim	X	
Ass. Comunitária de Comunicação e Cultura de Otacílio Costa	Otacílio Costa	X	



Ass. de Pais e Professores	São José	X	
Ass. Com. Cult. Democratização dos Meios de Com. do Contestado	Timbó Grande	X	
Ass. Tubaronense de Difusão Comunitária	Tubarão	X	
Ass. de Radiodifusão Cultural de Urussanga	Urussanga	X	
Ass. Com. E Cultura Nascente do Vale de Alfredo Wagner	Alfredo Wagner		X
<i>Associação Comunitária de Com. e Cultura Portal da Serra</i>	Bom Retiro		X
Associação Comunitária Novo Tempo	Correia Pinto		X
Radio Comunitária Garopabense FM de Comunicações	Garopaba		X
Associação Rádio Comunitária Guaraciaba – ARCGUA	Guaraciaba		X
Abrigo Luz do Amanhã	Itajaí		X
Obras Sociais e Culturais da Paróquia de Itajaí	Itajaí		X
Ass. e Movimento Comunitária Rádio Paz Serrana FM	Lages		X
Fundação Cultural e Educ. Padre Hermenegildo Bortolatto	Rio das Antas		X
Ass. Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária	Taió		X

Fonte: VIEIRA, 2002

Com dados obtidos através do questionário enviado a todas as RadCom, além de entrevistas com líderes locais, foi possível constatar que das 32 rádios comunitárias em funcionamento no Estado, 14 estão nas mãos de políticos, têm algum integrante político como apoiador ou membro das associações, e 10 são presididas por líderes religiosos ou contaram com alguém desta área para a preparação dos documentos, quando deram início às atividades de abertura da emissora. Somente cinco afirmaram não ter nenhum tipo de vínculo, seja político ou religioso. Outras três emissoras não quiseram revelar a composição de sua associação, tampouco comentar sobre este assunto por medo de represálias. O Quadro 4 apresenta a distribuição percentual dos vínculos das RadCom.

Quadro 4 – Vínculos das RadCom catarinenses (% - jul/2002)		
Tipo de vínculo	Quantidade	%
Político	14	43,75
Religioso	10	31,25
Nenhum	5	15,63
Não informado	3	9,37
Total	32	100



O rádio continua chamando a atenção de representantes ou líderes políticos ou religiosos, os quais têm participado ativamente da estruturação e/ou da operação de três quartos das emissoras comunitárias de Santa Catarina. Das 12 RadCom que já obtiveram o decreto legislativo do Senado que as autoriza a operar definitivamente, cinco afirmam ter vínculos políticos e três, religiosos – proporção idêntica à do total de emissoras. Assim, mesmo com o envolvimento político e/ou religiosos obtido pela maioria das RadCom em Santa Catarina, a maior parte das associações ainda está esperando a outorga.

As RadCom explicam suas vinculações políticas e religiosas

Os dirigentes de emissoras comunitárias entrevistados pela pesquisa foram unânimes nas reclamações contra as dificuldades impostas pela legislação, e apontaram as relações com políticos e religiosos como um caminho para tentar acelerar a tramitação da autorização. Acompanhar e cobrar diretamente e com frequência o andamento do processo junto ao Poder Concedente se torna difícil para muitas associações, carentes de recursos. O apadrinhamento surge naturalmente, resultado do oferecimento de apoio para pressionar a burocracia em Brasília.

Escapou aos objetivos desta pesquisa o mapeamento exaustivo do perfil dessas vinculações (identificando-as por partidos políticos e agrupamentos religiosos), mas em alguns casos foi possível obter essas informações. Em todos, os dirigentes alegam que, mesmo superando as dificuldades da Lei 9.612 descritas na primeira parte do artigo, as RadCom continuam esbarrando em vários obstáculos. Aparentemente, essas dificuldades fazem parte da realidade de qualquer um que desejar montar uma rádio, independentemente do perfil da organização ou do município em que esteja situada.

A Associação Comunitária e Cultural “Nascente do Vale”, em Alfredo Wagner, é representada pelo pastor Neri Errath e foi fundada em abril de 1998. A partir desta data, foram encaminhados os documentos ao Ministério das Comunicações. Em 13 de agosto de 2001 saiu a licença provisória e um ano depois, a licença para o funcionamento de três anos. Para o andamento do processo eles contaram com o apoio de políticos do PT e PMDB, além da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, muito ativa no processo. A rádio atinge 4 mil ouvintes. Uma das principais reclamações da Nascente do Vale é quanto à documentação



exigida. O prazo solicitado para apresentação dos documentos foi de 15 dias e o Poder Concedente demorou oito meses para dar retorno aos documentos.

Conforme José Nazareno de Freitas, diretor de programação da Associação Rádio Comunitária União Sul, em Joinville, a burocracia e o *lobby* em favor das rádios comerciais geraram incertezas no início do processo para a autorização da RadCom, além das dificuldades encontradas para a reunião dos documentos e pagamentos de taxas. Em 1998 a União Sul deu entrada para a documentação, informando interesse na abertura da RadCom. A licença provisória foi obtida em 2001 e a definitiva, em 2002. Hoje ela está instalada na região sul de Joinville e, apesar de não possuir algum político no seu quadro associativo, a rádio afirma ter contado com o apoio do deputado federal José Carlos Vieira (PFL) durante a tramitação do processo. Para José Nazareno, a participação do deputado foi fundamental para o deferimento da licença.

Cirineu da Silva, presidente da Associação Comunitária e Cultural de Mirim Doce, também critica as delimitações nos prazos para entrega da documentação. Conforme o presidente, não existe prazo para a Anatel autorizar o serviço. A RadCom de Mirim Doce foi fundada em 1999 e ainda está esperando a concessão definitiva. A provisória saiu em maio de 2002. Por causa disso, a rádio ainda não está funcionando. A idéia de montar uma rádio comunitária surgiu da vontade de ONGs do município, que gostariam de usar a RadCom para divulgar seus trabalhos. Como Mirim Doce é uma cidade pequena, falta veículo de comunicação para isso. Eles afirmam não ter contado com nenhum apoio político nem religioso para ingressar com o processo de abertura, apenas o apoio oficializado de todas as ONGs da cidade.

Já a Associação Ministro Sérgio Motta de Comunicação, Cultura e Ação Comunitária, em Garuva, contou com vários apoios políticos – a vocação política é clara desde o nome da associação. Os deputados federais José Carlos Vieira (PFL), Eni José Voltolini (PPB), Renato Viana (PMDB) e Gustavo Fruet (PMDB/PR) colaboraram diretamente para a concessão da rádio, cuja associação foi fundada em 1998. A autorização provisória foi concedida em 2002 e a outorga definitiva ainda tramita no Congresso Nacional. Os principais obstáculos, para o presidente Israel Joaquim Salvador, também foram a demora na análise do projeto pelo Ministério e o prazo apertado para apresentação de documentos, sob pena de extinção do processo.



Conforme o presidente da Associação dos Amigos da Praia de Mariscal, Fernando Humberto Delatorre, a quantidade de documentos impostos pelo Poder Concedente é benéfica até certo ponto, para evitar o funcionamento de uma grande quantidade de rádios comunitárias sem qualidade na programação. Para ele, o importante na RadCom é a qualidade e não a quantidade de emissoras, principalmente em um meio de comunicação como o rádio, que deve ter uma função primordial na educação dos seus ouvintes. A emissora nega vínculos políticos ou religiosos. O processo para abertura da rádio iniciou em 1998, mas a emissora só iniciou as atividades em caráter experimental em 2001. A licença para funcionamento foi obtida em 2002.

Em Balneário Camboriu, o diretor geral da Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú, Milton Rolin Filho, não concorda com os critérios impostos pelas autoridades. Principalmente no que se refere à potência e frequência da RadCom, pois cada região tem sua determinada peculiaridade sócio-cultural e geográfica. Embora a Associação tenha recebido o apoio do político Leonel Pavan (PSDB, ex-prefeito do município e senador eleito em 2002), Rolin não acredita ter recebido privilégio algum quanto à concessão da rádio, dada a demora em obter a autorização. A rádio foi fundada em 1998 e só depois de três anos conseguiu a outorga.

Para José Eduardo Cláudio, presidente da Associação Comunitária Braçonortense (ACB FM), a principal dificuldade que a RadCom tem hoje é quanto a legislação, que impede a transmissão de publicidade. Conforme o presidente, a legislação tenta dificultar os contratos publicitários e enfraquecer a livre concorrência. O fato de não poder citar preços nos comerciais é a dificuldade maior, visto que é difícil arrecadar capital e obter material e pessoas adequadas na rádio. A maioria dos funcionários da RadCom trabalha voluntariamente por não possuir muitos apoios culturais. A ACB foi fundada em 1998 e conseguiu a licença em 2001. Para ele a concessão de emissoras de rádio sempre foi acompanhadas de padrinhos políticos. Sem isso, talvez demorasse um pouco mais.

A principal dificuldade para a Sociedade Rádio Comunitária “A Voz do Contestado” também está nos critérios impostos pela lei. Principalmente no que se refere à baixa potência estipulada. O presidente Antonio Milan informou que a maioria da população vive em área rural e isso dificulta muito que sua RadCom alcance esses lugares. Os agricultores não recebem nenhum tipo de informação, pois não funciona sequer outra rádio no local. A Voz do



Contestado surgiu em 1998 e conseguiu autorização definitiva (para três anos) em 2001. Sua maior luta no momento é aumentar a frequência para que a população da zona rural tenha direito à informação, como aqueles que vivem na zona urbana.

Em Joinville, a Associação Cultura Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba, liderada por Odir Nunes (suplente de vereador do PFL e ex-diretor regional da Companhia Catarinense de Água e Saneamento), não passa por este problema. A rádio tem um alcance de 30 km e atinge também a população de Garuva (cidade vizinha). A rádio só não atinge a frequência da rádio União Sul também em Joinville, porque as emissoras se encontram em zonas urbanas opostas: enquanto Pirabeiraba se localiza no extremo norte da cidade, a União Sul se localiza no extremo oposto.

Para Odir Nunes, as dificuldades de uma RadCom são muitas. Ele mesmo afirma que como suplente de vereador encontrou mais facilidades para obter a autorização de funcionamento da rádio, mesmo que o processo tenha sido lento. A Associação foi fundada em 1998, conseguindo autorização em 2002. Para Nunes, a proibição da publicidade nas RadCom também dificulta o trabalho para que a rádio se desenvolva. Para isso ele planeja cobrar o espaço da rádio para cada pessoa que queira desenvolver um programa para a comunidade – que desrespeita a legislação. O preço estava estimado em R\$ 500 reais na metade de 2002.

3. Considerações Finais

A pesquisa apresentada neste artigo constatou que três quartos das RadCom de Santa Catarina têm ou tiveram vínculos estreitos com líderes políticos ou personalidades religiosas. Não foi possível, dada a limitação do trabalho, explorar algumas decorrências fundamentais deste fenômeno, que pode comprovar que as rádios comunitárias criadas no país a partir de 1998 não constituem uma ruptura fundamental com a política de distribuição de concessões vigente para as emissoras comerciais – ao contrário, radicalizam as tendências de concentração de propriedade em políticos e religiosos, já apontadas por diversos autores (especialmente MOREIRA, 1998).

No final dos anos 1990, esperava-se que as RadCom estivessem “democratizando a comunicação, dando voz aos excluídos e construindo um novo conceito de comunicação com

a participação direta da comunidade, o que assusta os poderosos que sempre dominaram os meios (...) e hoje se vêem obrigados a dividir o dial, o ar e (...) a audiência” (Paulo Braz de Carvalho, cit. in PERUZZO, 1998, p. 259). Os dados coletados junto às emissoras de Santa Catarina mostram que, ao contrário de *assustar* os poderosos, as RadCom podem estar sendo criadas para servir a seus interesses.

O pretexto para as vinculações é a lentidão no processo para obter a autorização para abertura das emissoras. Ainda que seja apenas um pretexto, é importante refletir sobre a necessidade de reformular alguns artigos da Lei nº 9.612, de modo a facilitar e estimular o avanço das rádios comunitárias no Brasil. Embora a lei tenha vindo para regularizar o serviço das RadCom, e com isso dar voz a uma população excluída das emissoras comerciais, suas normas e regulamentações não contribuem para o desenvolvimento das pequenas rádios. Enquanto a lei não for reestudada, a fim de melhorar o caminho para a democratização da mídia, esses problemas poderão ser constantes nos processos para abertura das rádios comunitárias. É preciso abrir o leque, facilitar e estimular o avanço das RadCom, fazendo com que aquelas associações de fato pluralistas, criadas de acordo com o espírito democrático que inspirou o surgimento desse tipo de emissora, não sintam a necessidade de recorrer à “ajuda” de políticos ou líderes religiosos para conseguirem sua concessão.

Serão necessárias novas pesquisas para complementar o que é discutido neste trabalho. É preciso identificar, junto ao Ministério das Comunicações, à Anatel ou ao Congresso Nacional, que tipos de critérios (técnicos, ideológicos, políticos) são usados para a concessão das rádios comunitárias no Brasil. A identificação das motivações da burocracia é de muita importância, pois pode nos ajudar a entender a lentidão, causa de tantas reclamações referentes aos processos de concessão das rádios comunitárias. É fundamental investigar até que ponto essa barreira está no poderoso *lobby* das grandes rádios comerciais, diante do qual as rádios comunitárias ficam praticamente de mãos atadas na conquista de espaço nos gabinetes de Brasília.

Outro ponto que merece atenção é o que se refere ao verdadeiro objetivo da rádio comunitária - servir à comunidade, trabalhar lado a lado com ouvintes a fim de tentar melhorar a qualificação dos programas centrados para a comunidade, sugerir e obter novas idéias que estarão voltadas para o sentido ideal de um veículo de comunicação, que é a constante educação social. A rádio comunitária pode atender a essas expectativas, mesmo que



esteja engatinhando ainda. Nosso olhar sobre a programação das emissoras (ver VIEIRA, 2002) não permite uma conclusão definitiva sobre a repercussão das vinculações políticas e religiosas no conteúdo das emissoras. Na maior parte dos casos, as grades dedicam maior espaço à música, como na maioria das emissoras comerciais.

Referências Bibliográficas

- COGO, Denise Maria. *No ar...uma rádio comunitária*. Editora Paulinas. São Paulo, 1998.
- FERRARETTO, Luiz Arthur. *Rádio: O veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 2001, 2^a. ed.
- HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e Política – Tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997.
- HELENA, Heloísa. *Como montar rádios comunitárias e legislação completa*. Brasília, Senado Federal, 2000.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *O rádio dos pobres – Comunicação de massa, ideologia e marginalidade social*. São Paulo, Edições Loyola, 1988.
- MACHADO, Arlindo e outros. *Rádios Livres: A Reforma Agrária no ar*. São Paulo, Brasiliense, 1987, 2^a ed.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio Palanque*. Rio de Janeiro, Mil Palavras, 1998.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo, Summus Editorial, 1985, 3^a ed.
- _____ (Org). *Radiojornalismo no Brasil – Dez estudos regionais*. São Paulo, Editora Com Arte, 1987.
- PERUZZO, Cicília Krohling. *Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1999.
- VIEIRA, Fabiana. *Um Panorama das Rádios Comunitárias Catarinenses*. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Bom Jesus/Ielusc. Joinville (SC), 2002.